

TECNOLOGIAS SOCIAIS NO MODELO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM PORTUGAL: A EMERGÊNCIA DAS INCUBADORAS SOCIAIS*

Beatriz Caitana da Silva¹

Sílvia Ferreira²

RESUMO

Este texto parte do quadro de reflexão da análise sociotécnica oriunda dos estudos sobre as tecnologias sociais para as experiências de extensão universitária, nomeadamente as incubadoras em Portugal. Para tal, centra-se na contextualização das experiências denominadas de incubadoras sociais e solidárias, que atuam em duas universidades portuguesas: a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (Lisboa). Tais iniciativas encontram na relação Universidade-comunidade e na busca pela reinvenção da extensão universitária o seu ponto de convergência, mas divergem no que diz respeito aos métodos de atuação adotados e à sua institucionalização. Algumas utilizam métodos de transferência de saberes, outras priorizam formas de coconstrução e aprendizagem pela prática. As incubadoras sociais e solidárias são tecnologias sociais e promotoras de dinâmicas sociotécnicas resultantes da relação e interação de elementos heterogéneos. Essa interação, produzida nos territórios onde atuam é o que permite ressignificar quer as tecnologias, quer o campo do conhecimento científico e a sua aplicação prática.

Palavras-chave: conhecimento; incubadoras; tecnologias sociais; universidade-comunidade.

Sumário

INTRODUÇÃO; 1. PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: UMA ABORDAGEM PELAS TECNOLOGIAS; 2. AS TECNOLOGIAS SOCIAIS NAS UNIVERSIDADES; 2.1. A incubação social enquanto tecnologia e inovação social; 3. DOIS CASOS DE INCUBADORAS SOCIAIS EM PORTUGAL; 3.1. Experimentação; 3.2. Gestão e participação; 3.3. Fatores de sustentabilidade (dimensão financeira e institucional); 3.4. Sistematização do conhecimento; 3.5. Condições de replicabilidade; CONCLUSÃO; REFERÊNCIAS.

* Publicado em Gisela Maria Bester, Hermes Augusto Costa, Gloriete Marques Alves Hilário (coord.), *Ensaios de Direito e de Sociologia a Partir do Brasil e de Portugal: Movimentos, Direitos e Instituições*, Curitiba: Instituto Memória, 2015.

¹ Doutoranda em Sociologia e Mestre em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC). Especialista em Movimentos Sociais e Democracia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente, é membro do Grupo de Estudos em Economia Solidária (ECOSOL), do Centro de Estudos Sociais (CES-UC). E-mail: <smdf@fe.uc.pt>.

² Doutora em Sociologia pela Universidade de Lancaster, Inglaterra. Professora auxiliar em Sociologia, na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC). Investigadora do Centro de Estudos Sociais (CES) e do Centro de Estudos Cooperativos e da Economia Social (CECES), da FEUC. E-mail: <beatriz.silva@student.fe.uc.pt>.

INTRODUÇÃO

A passagem de uma sociedade industrial para uma economia do conhecimento (JESSOP, 2010), fundamentando o “novo espírito do capitalismo” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009), privilegia o papel fulcral do conhecimento e da ciência na chamada pós-revolução industrial. Tais transformações impulsionam novos contornos para o debate sobre ciência e tecnologia e a sociedade, ao passo que as universidades passaram a adotar novos modelos de produção e difusão do conhecimento articulados com o desenvolvimento econômico por meio do progresso científico e tecnológico. A tecnologia tornou-se motor de alavanca dos centros de pesquisa e desenvolvimento, como se verifica no surgimento de expressões como **tecnociências**, e na centralidade e inter-relação observadas no surgimento das incubadoras e parques tecnológicos, assim como no desenvolvimento da política de C&T (ciência e tecnologia) e nos atuais modelos de organização das pesquisas, fortemente orientados para processos de inovação.

Refletir sobre o surgimento de incubadoras universitárias que se assumem como sociais e solidárias exige, ao menos, duas premissas analíticas: considerar a teoria crítica da tecnologia e teses que contribuíram para se pensar a tecnologia do ponto de vista das suas implicações sociais, e conhecer o modo como as universidades se têm organizado na produção do conhecimento, especialmente aquele voltado para a economia social e solidária.

Este texto parte do quadro de reflexão da análise sociotécnica oriunda dos estudos sobre as tecnologias sociais para discutir a relação entre a universidade e a comunidade. Essa discussão é ilustrada recorrendo a uma pesquisa exploratória no quadro de uma investigação-ação em curso, no âmbito de uma tese de doutoramento, centrando-se na contextualização das experiências denominadas de incubadoras sociais e solidárias em duas universidades portuguesas: a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC) e a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT) em Lisboa.

Tais iniciativas encontram na relação universidade-comunidade e na busca pela reinvenção da extensão universitária o seu ponto de convergência,

mas divergem no que diz respeito aos métodos de ação adotados, às relações institucionais estabelecidas e à inserção nas universidades onde atuam. O que se pretende aqui é, de modo exploratório, caracterizar duas experiências de incubação social a partir de uma proposta de articulação entre os conceitos de tecnologia social e de inovação social.

1. PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: UMA ABORDAGEM PELAS TECNOLOGIAS

Uma reflexão mais alargada sobre ciência e tecnologia transita em dois polos distintos. Um polo que a define como conhecimento neutro, objetivo, imparcial, independente dos valores morais, sociais, culturais de quem a produz e da conjuntura social, política, económica onde se situa. No outro polo, uma corrente que defende a não neutralidade das ciências, constituída principalmente pelo campo teórico da crítica às tecnologias e ao papel das ciências, que reconhece a necessidade de reflexão sobre o quanto as tecnologias são enviesadas pelos valores de grupos sociais específicos.

A ideia central é de que a ciência e a tecnologia estão imbricadas e implicadas em relações sociais como classes sociais, pluralidade cultural, política e económica. Neste polo, diferentes correntes dos estudos sobre a ciência (DAGNINO, 2004; FEENBERG, 2010; LACEY, 2003; NEDER, 2010; OLIVEIRA, 2003) desenvolvem, desde os anos de 1980, críticas ao uso instrumental da tecnologia e o modo como se manifestam e operam os fenómenos e relações sociais no campo do conhecimento tecnológico.

Fruto de uma visão linear sobre a tecnologia, no polo da neutralidade, encontra-se uma vertente analítica que nasce na conceção mais tradicional de uma tecnologia baseada numa lógica racional, instrumental e determinista. Os estudos mais recentes sobre o tema, sobretudo aqueles oriundos da filosofia e sociologia, dão conta de uma variedade de teses contestatórias da neutralidade e ressignificam a movimentação da tecnologia na sociedade, como é o caso da teoria crítica da tecnologia (FEENBERG, 2010; NEDER, 2010) e as novas abordagens das tecnociências (DAGNINO, 2002, 2004; LACEY, 2003, 2009).

Nos chamados modo 1 e modo 2 de produção de conhecimento (GIBBONS et al., 2004; NOWOTNY, GIBBONS, 2003) as duas orientações

epistemológicas coexistem em espaços distintos. O modo 2 de produção é uma alternativa à exclusividade do modo 1, correspondente a um contexto de produção e validação governado a partir da autonomia do sistema científico, circunscrito no interesse de uma comunidade específica e disciplinar. No modo 2, a produção de conhecimento emerge num contexto de aplicação, em que as escolhas realizadas no processo de produção do conhecimento, assim como sua validação, passam a ser articuladas numa rede complexa de atores e interesses (RUBIÃO, 2013). Nesta perspectiva se enquadra o modelo teórico da *triple helix*, circunscrito nos conceitos do conhecimento e da inovação, que pretende promover o crescimento e a competitividade e novas articulações entre as instituições de ensino superior, ancoradas na abordagem da **economia baseada no conhecimento** (ETZKOWITZ; LEYDESDORFF, 2008).

Porém, o enquadramento da *triple helix* tem sido criticado por sua estreiteza, por articular apenas Estado, universidades e centros de investigação e atores econômicos, surgindo propostas alternativas como a de uma hélice quádrupla (CARAYANNIS; CAMPBELL, 2009). Carayannis e Campbell (2012) propõem um modo 3 de produção do conhecimento, acrescentando os atores da sociedade civil na esfera pública. Contudo, entende-se que esta crítica é ainda limitada na medida em que opera dentro de um imaginário (JESSOP; FAIRCLOUGH; WODAK, 2008) que reduz o econômico ao mercantil, a política ao Estado e as ciências às ciências naturais, sendo, por isso, incapaz de incorporar visões mais amplas da economia, da sociedade e da ciência (FERREIRA, 2010; MACLEOD et al., 1996).

A necessidade de se pensar a tecnologia simultaneamente na sua capacidade de satisfação de necessidades e nos efeitos gerados, aliada às críticas à sua inserção no modelo científico tradicional ou mercantil, contribuem, para a relevância de novos conceitos como o de tecnologia social (TS) ou de inovação social (IS). Este movimento aqui designado como ressignificação da tecnologia, surge pelo fato das tecnologias convencionais não darem conta da dimensão da inclusão social, em parte, por estarem enraizadas exclusivamente nos modos capitalistas de produção, distribuição, repartição e consumo. Esta ressignificação encontra suporte na proeminência atual de movimentos por uma outra economia, como a economia solidária, assente simultaneamente na sua dimensão econômica e política. Teoricamente e na prática, afirma-se a

existência de um pluralismo de princípios econômicos (LAVILLE, 2009) e a pluralidade de modelos de relação entre a economia social e o Estado (FERREIRA, 2009), com ênfase nos princípios da redistribuição, reciprocidade e solidariedade e nas experiências de democracia participativa, cogovernança e da decisão coletiva.

Dagnino (2004) refere que o conceito de TS pode ter sido consolidado por meio das críticas e contribuições incorporadas ao conceito de Tecnologia Apropriada (TA). Uma das críticas às TAs é que estas cumprem o papel de mitigar os problemas da pobreza, mas não são capazes de alterar o *status quo* dos países pobres (DAGNINO, 2004). Thomas define tecnologia social como uma forma de “criar, desenvolver, implementar e administrar tecnologia orientada a resolver problemas sociais” (2009, p. 27). Já o Instituto de Tecnologia Social (ITS|Brasil) reforça a dimensão participativa ao definir as TS como um

[...] conjunto de técnicas, metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida. (ITS, 2004, p. 130).

No fundo a gênese do conceito parte de dois caminhos distintos: um que se debruça sobre as práticas das organizações sociais (OS), buscando fazer uma releitura da aproximação entre práticas sociais e teoria; um segundo, preocupado em questionar as formas como o conhecimento é produzido nos espaços acadêmicos, incorporando a trajetória de outros conceitos (tecnologias apropriadas – TAs) para uma forma de operacionalização das TSs pela adequação sociotécnica.

Tal como a expansão do conceito de TS na América Latina, a disseminação do conceito de inovação social na Europa procura definir um campo de produção do conhecimento comprometido com o desenvolvimento social. A inovação social (IS) centra-se no desenvolvimento e difusão de inovações destinadas à resolução de problemas de grupos sociais desfavorecidos. Moulaert, Maccallum e Hillier definem a inovação social como o processo de encontrar “soluções possíveis para um conjunto de problemas de exclusão, privação, alienação, falta de bem-estar; e também ações que

contribuam positivamente para um significativo progresso e desenvolvimento humano” (2013, p. 15).

O conceito de inovação social inclui duas dimensões relacionadas: é um produto e um processo (ANDRÉ; ABREU, 2006; MOULAERT; MACCALLUM; HILLIER, 2013; MURRAY; CAULIER-GRICE; MULGAN, 2010). Um processo, na medida em que implica mudança e alteração nas relações sociais e relações de poder em nível micro e macro (ANDRÉ; ABREU, 2006). Um produto, por meio da construção de metodologias, de artefatos e/ou serviços, especialmente aqueles voltados para o fortalecimento das capacidades da população, a satisfação das necessidades e o acesso aos direitos (ANDRÉ; ABREU, 2006). Ou seja, quer a inovação social, quer a tecnologia social, marcam a entrada de uma necessidade explícita, em um campo científico dominado pela ideia de imparcialidade e neutralidade, e recentram as prioridades sociais em lugar das prioridades econômicas.

2. AS TECNOLOGIAS SOCIAIS NAS UNIVERSIDADES

Almeida Filho (2008) defende um modelo de universidade que torne real a noção de **comunidades ideais de diálogo**. Um modelo que encontra ressonância no conceito de **extensão universitária**, cujo objetivo central é promover uma forma de coprodução do conhecimento, em que o fluxo de aprendizagem acontece nos dois sentidos. Trata-se da possibilidade de partilha e intercâmbio de informações e conhecimentos; de aproximação entre saberes acadêmicos e populares, entre os campos sociais e o universo acadêmico (SANTOS, 2005).

Está-se a assistir a uma pressão cada vez mais intensa para processos de mercantilização do conhecimento por meio de relações gradualmente mais íntimas e dependentes entre universidades e o mercado nas formas emergentes de produção do conhecimento (GIBBONS et al., 1994). Com o fenômeno da **capitalização do conhecimento** (ETZKOWITZ, 2003, p. 297) a universidade enfraquece sua identidade autônoma, no sentido humboldtiano³, para definir-se

³ O modelo humboldtiano emerge na história como orientação para a atuação das universidades europeias enquanto campo de produção de saber puro associado a uma prática universitária onde a universidade aparece como local de busca da verdade (pura, autônoma, desinteressada) e local de reorganização do saber (prático, conjugado, totalizante) (Rubião 2013, p. 65).

especialmente como uma **organização neoprofissional social corporativa, heterônoma e empresarial/competitiva** (SGUISSARDI et al., 2004). Tais políticas e mudanças institucionais em que as universidades estão localizadas têm vindo a alterar as perspectivas de sua missão social (SANTOS, 2005).

A necessidade de introdução do tema das TSs nos espaços acadêmicos dá-se fundamentalmente pelo fato das universidades e centros de pesquisa não estarem suficientemente preparados e comprometidos com o desenvolvimento de uma tecnologia para a inclusão social (DAGNINO, no prelo). Percebe-se tal situação, por exemplo, nas dificuldades de uma extensão universitária orientada para as comunidades. Hart et al. (2009) identificam três fatores que impedem uma cultura de engajamento na comunidade pelas universidades: a determinação pelos professores de uma agenda de investigação e conteúdos do currículo assentes em linhas acadêmicas tradicionais, a estrutura de recompensa que favorece a publicação científica, e a falta de uma cultura empreendedora. Assim como outros fatores determinantes, como o financiamento limitado a projetos voltados para a relação universidade-comunidade.

2.1. A incubação social enquanto tecnologia e inovação social

Na América Latina surge o conceito e método de incubação social e solidária imbricados em formas de transferência de conhecimento e tecnologia para organizações da economia social e solidária e/ou populações em situação de vulnerabilidade. Estas incubadoras surgem com referência ao modelo de incubação tecnológico tradicional de empresas, mas se distinguem no que se refere às metodologias adotadas, público, princípios e objetivos. As primeiras experiências surgidas no Brasil nos anos 1990 têm suas raízes no movimento da Ação da Cidadania de Combate à Extrema Pobreza e, desde logo, assumem como propósito apoiar e assessorar os empreendimentos econômicos solidários, por meio da oferta de qualificação e assessoria técnica durante o período de incubação (SENAES, 2011).

Desde sua gênese a metodologia de incubação social e solidária espalhou-se pelo país, quase sempre vinculadas às universidades públicas ou

privadas⁴. As incubadoras e os empreendimentos por elas apoiados reconhecem a importância preeminente de se consolidar uma matriz de produção tecnológica baseada num modelo sustentável e socialmente justo (SENAES, 2011)⁵. Mais recentemente, em 2009⁶, foram trazidas para Portugal as primeiras experiências autodesignadas de incubação social e solidária, mas o seu reconhecimento e desenvolvimento estão muito distantes da experiência da América Latina.

Para se analisar as experiências portuguesas de incubação, parte-se do princípio de que elas são simultaneamente alavancas para o desenvolvimento de TS nas universidades ao constituírem-se como espaço de promoção e articulação de TSs e, em si mesmas, experiências de TS. Utiliza-se um conjunto de parâmetros de análise que resulta da articulação entre o conceito de tecnologia social, mais vinculado à experiência da América Latina, e o conceito de inovação social, mais presente no continente europeu⁷.

Considera-se que os atributos constitutivos do conceito de tecnologias sociais e de inovação social assemelham-se no que se refere aos significados e práticas. As TSs, desde logo, assumem como finalidade máxima a solução de demandas sociais concretas identificadas pela população, tal como a inovação procura solucionar os problemas das comunidades. Nas tecnologias sociais a população possui um papel central nos processos de tomada de decisão desenvolvidos em formas democráticas, como estratégias de mobilização para a participação da população, bem como na participação, apropriação e aprendizagem (ITS, 2004). Tendo em conta o ciclo da inovação social (FERREIRA, 2011; MURRAY; CAULIER-GRICE; MULGAN, 2010), este começa

⁴ Ao todo, as duas principais redes de incubadoras, a Rede de ITCPs e a rede Unitrabalho, reúnem mais de cem iniciativas de incubação em universidades brasileiras. A rápida expansão da metodologia levou em 1998 à criação em âmbito governamental o Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (PRONINC), voltado para o apoio e fomento às incubadoras de economia solidária.

⁵ Setenta e um por cento das incubadoras que participaram na avaliação do PRONINC (SENAES, 2011) geraram ou usaram algum tipo de tecnologia social, sendo que a maioria confirma ter trabalhado com metodologias e uma parte significativa com artefactos produtivos. Dentre as tecnologias sociais citadas pelas incubadoras no processo e avaliação do PRONINC (SENAES, 2011), compilaram-se alguns casos de: metodologias de comunicação, formação e design participativo; metodologias de autogestão e gestão de negócios solidários (SENAES, 2011).

⁶ Esta informação resulta do envolvimento das autoras nestes mesmos processos.

⁷ Utilizou-se uma adaptação feita a partir do trabalho de Mapeamento Nacional de TSs produzidas e/ou utilizadas por ONGs, realizado pelo Instituto de Tecnologia Social – ITS (2004), e do Ciclo de Inovação Social – *The Open Book of Social Innovation* (MURRAY; CAULIER-GRICE; MULGAN, 2010).

com o impulso, inspiração e diagnóstico para identificação do problema social e das suas causalidades, a que se segue o momento em que são identificadas as soluções existentes e adequadas.

Quer o diagnóstico, quer a solução implicam o envolvimento de todos os atores, na medida em que se presume que os problemas sociais não pré-existem, mas são construídos socialmente, requerendo a mobilização dos afetados na sua coconstrução (MURRAY; CAULIER-GRICE; MULGAN, 2010). Também nas TSs procura-se uma sistemática do processo pelo planejamento, aplicação e sistematização do conhecimento de forma participativa.

Na IS a fase do protótipo/experimentação é uma etapa em que as ideias são testadas na prática, frequentemente por tentativa e erro, e as medidas de sucesso são afinadas; esta etapa é organizada nas TSs com recurso à participação da população e construção de novos conhecimentos a partir da simbiose gerada (população – cientistas). No ciclo da IS, a sustentação ou institucionalização é a fase em que se prevê a sustentabilidade financeira a médio e longo prazos e a institucionalização (organizacional, políticas públicas etc.) do resultado da experimentação, assim como na TS a sustentabilidade deve ancorar-se na sua dimensão econômica, social e ambiental.

Tanto nas IS como nas TS prevê-se o momento de difusão ou/é ampliação de escala, pelo que são analisadas as condições de transferibilidade e ampliação, visando o crescimento e disseminação da inovação e da tecnologia para outros contextos. Pressupõe-se o envolvimento e articulação com diferentes elementos, como movimentos sociais e legislação, de modo que possam gerar a mudança sistêmica pretendida por meio de novos quadros ou arquiteturas. Um novo modo de **fazer** e um novo **saber-fazer** emergem (ITS, 2004; MURRAY; CAULIER-GRICE; MULGAN, 2010).

Interessa assinalar que, quer o conceito de TS, quer o conceito de IS, partem do princípio de que as práticas sociais e o saber-fazer dos atores sociais também produzem conhecimentos. Ou seja, na TS é possível fortalecer o reconhecimento dos conhecimentos práticos, dos saberes populares derivados das experiências significativas vivenciadas em comunidade. Isto significa que estes conhecimentos não devem estar circunscritos apenas ao âmbito das organizações científicas, mas precisam também envolver uma multiplicidade de

setores e atores, incluindo aqueles que, de algum modo, podem contribuir para a sua disseminação e fortalecimento (ITS, 2004).

Portanto, para a caracterização das experiências universitárias de incubação, elegem-se os seguintes atributos empíricos que resultam da construção teórica apresentada anteriormente: (a) a inserção institucional na universidade; (b) o propósito da iniciativa e o problema social que a mobiliza; (c) a experimentação da iniciativa no terreno; (d) o modelo de organização e tomada de decisão; (e) os fatores de sustentabilidade (dimensão financeira e institucional); (f) o processo de produção, aplicação e sistematização do conhecimento; (g) as condições de aprendizagem e apropriação na relação comunidade-universidade; e (h) as condições de replicabilidade.

3. DOIS CASOS DE INCUBADORAS SOCIAIS EM PORTUGAL

Os dois casos estudados em Portugal têm a especificidade de serem desenvolvidos em processos *bottom-up*, ou seja, a partir da iniciativa e mobilização de estudantes sob inspiração das experiências do Brasil. Diferem nisto da maioria das incubadoras sociais no Brasil, embutidas nas estruturas universitárias, seja em parques tecnológicos e/ou departamentos de extensão universitária, e quase sempre iniciadas e coordenadas por professores.

A ISFEUC – Incubadora Social da Faculdade de Economia na Universidade de Coimbra⁸ – surgiu em 2009 como um processo *bottom up* da ação dos alunos, a partir da mobilização por parte dos estudantes e professores envolvidos. Nasceu no âmbito de uma disciplina de mestrado e desde sua gênese envolveu estudantes de mestrado e posteriormente de doutoramento⁹.

A Faculdade de Economia – onde está situada a ISFEUC – possui como estrutura institucional e formal de atividades de extensão, a Associação para a Extensão Universitária (APEU-FEUC), responsável pela organização de ações de formação e elaboração de estudos, mas que, todavia, não inclui a totalidade

⁸ A Faculdade de Economia integra o conjunto de oito faculdades da Universidade de Coimbra. Criada em 1972, reúne cursos em quatro áreas distintas: Economia, Gestão, Relações Internacionais, e Sociologia. A faculdade está organizada em três ciclos de estudos: o 1º refere-se aos cursos de licenciatura (graduação no Brasil), o segundo aos cursos de mestrado e o terceiro aos cursos de doutoramento.

⁹ Mestrados em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo e em Sociologia, Doutoramentos em Gestão e em Sociologia. Para a caracterização da ISFEUC recorreu-se ao conhecimento das autoras envolvidas no seu processo de criação e desenvolvimento.

das ações no âmbito da faculdade¹⁰, tampouco introduz em seu escopo atividades especificamente voltadas para o desenvolvimento comunitário e de organizações sociais e solidárias¹¹. No domínio da economia social integram a Faculdade de Economia o Centro de Estudos Sociais (CES) e o Centro de Estudos Cooperativos e da Economia Social (CECES). Entre os projetos orientados para a comunidade desenvolvidos no CES destaca-se o projeto BIOSENSE.

No caso da Universidade Lusófona¹² a extensão universitária está a cargo da Pró-reitoria de Extensão criada recentemente nos quadros da universidade. Trata-se de uma estrutura associada à Reitoria que é responsável pelas ações com a sociedade e pelo acompanhamento e desenvolvimento da Incubadora de Economia Solidária e Desenvolvimento Comunitário. Destaca-se aqui o desenvolvimento de projetos como a Atividade Curricular em Comunidade (ACC). A experiência de incubação na Universidade está em atividade desde 2011, mas na qualidade de incubadora desde 2013¹³.

As atividades pedagógicas de extensão universitária são desenvolvidas na Universidade Lusófona no âmbito da Atividade Curricular em Comunidade (ACC), uma metodologia trazida do Brasil¹⁴ e desenvolvida desde 2011 na Universidade. A ACC é uma disciplina optativa, disponível a todos os estudantes da universidade que queiram realizar alguma ação prática no âmbito comunitário, utilizando para tal os conhecimentos explorados em sala de aula.

Em nível da investigação, a Pró-Reitoria é responsável pelo Centro de Pesquisa e Estudos Sociais (CPES), que dentre outras atribuições realiza o

¹⁰ Existem ainda na Faculdade duas iniciativas as quais podem ser aproximadas da perspectiva extensionista, mas são coordenadas e geridas pelos estudantes, que é o caso da Empresa Júnior – JEEFEUC e da AIESEC (Associação Internacional de Estudantes em Ciências Económicas e Comerciais).

¹¹ No âmbito da Universidade de Coimbra existe ainda a Divisão de Transferência de Saber (DTIS), responsável pelas relações universidade-sociedade, atuando na transferência de conhecimento para o setor comercial e tecnológico.

¹² A Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias é uma universidade privada, localizada em Lisboa, Portugal, e está organizada em diferentes faculdades e escolas de ensino.

¹³ Para a caracterização da experiência de incubação da Universidade Lusófona recorreu-se a entrevista semi-diretiva com o Professor responsável pela sua implementação e desenvolvimento na Universidade. Agradece-se a colaboração do responsável e o apoio na elaboração deste ensaio. Importa referir que esta entrevista foi realizada em maio de 2014.

¹⁴ Esta metodologia foi desenvolvida com base na experimentação da metodologia da ITES/UFBA – Incubadora Tecnológica de Economia Solidária da Universidade Federal da Bahia, no âmbito de uma dissertação de mestrado. A ULHT recorreu a um programa de extensão universitária cuja metodologia de incubação prioriza a **incubação** de territórios em vez de organizações isoladas entre si.

levantamento de organizações que atuam na economia social e solidária, na tentativa de produção de conhecimento com essas entidades. Não obstante, em ambas as experiências de incubação, a área da investigação e sua relação com a extensão e com a comunidade parece não ter alcançado o amadurecimento esperado pelos atores responsáveis por essas ações.

Quer a incubadora de Coimbra, quer a incubadora de Lisboa, assumem como público e objetivo das organizações que atuam na promoção da economia social e/ou da economia solidária. Enquanto a ISFEUC assume-se como espaço de cooperação com o setor da economia social, a Incubadora da Universidade Lusófona incorpora também o conceito e as práticas da economia solidária, tema este que tem vindo a trabalhar no bairro de Caxias – Lisboa. Portanto, reconhece-se, nas entidades da economia social e solidária, um papel fundamental de intermediação entre a universidade e a população ao criarem as condições para acesso e articulação com a comunidade local.

3.1. Experimentação

O surgimento das incubadoras e a sua estratégia de inserção nas universidades diferem na medida em que, enquanto a ISFEUC surge por iniciativa de estudantes, no âmbito de uma disciplina, alargando sua existência para além desta, a incubadora da Lusófona surge por iniciativa de um estudante de outra universidade, que mais tarde é desafiado a desenvolver o objeto de pesquisa da sua dissertação de mestrado na Universidade Lusófona na qualidade de Professor, em parceria com o então Pró-reitor de Extensão. Assim, ele passa a integrar a universidade enquanto professor responsável pela disciplina de ACC.

Quando se analisam os fatores que suscitaram a motivação para a criação das incubadoras, identificam-se ao menos quatro problemas comuns aos dois casos: a escassez da formalização das ações que distinguem a universidade como um agente de mudança social no novo quadro da Universidade; o carácter individual e a falta de reconhecimento institucional das práticas de envolvimento comunitário; a pressão para a experimentação prática no percurso académico dos estudantes; e as fragilidades das organizações que

procuram na universidade um parceiro estratégico e das universidades em responder às necessidades das organizações.

O percurso de implementação da Incubadora da Universidade Lusófona incluiu uma fase inicial de definição dos parâmetros de atuação e modelo de incubação, uma fase posterior de aprovação desta experiência junto aos órgãos da Universidade, nomeadamente o conselho de administração, e finalmente, a sua apresentação aos diretores das diferentes faculdades como forma de envolver outros cursos e ampliar seu escopo de incidência. Numa fase seguinte, quatro organizações sociais e solidárias foram envolvidas para testar as metodologias desenhadas.

Ao fim de dois anos, após avaliação desse percurso, a ACC é oficialmente institucionalizada como disciplina optativa na Universidade. Para esta oficialização, foram necessárias mudanças na Universidade, nomeadamente a inserção da disciplina no curso de sociologia e a sua aprovação junto ao conselho científico e pedagógico. A ACC serviu, na fase de teste, como alavanca para a criação da Incubadora, pois o seu desenvolvimento permitiu identificar os atores, as metodologias e as condições fundamentais para a sua implementação.

A ISFEUC, por sua vez, também vivenciou uma fase de teste em seu percurso. Esta fase corresponde aos primeiros quatro meses de experimentação da iniciativa em que um grupo de estudantes de mestrado aplicou a uma associação privada sem fins lucrativos um plano de negócios para organizações sociais. Esta adaptação nasce da confluência de fenômenos internos e externos, salientando-se no âmbito interno a integração dos saberes, competências e interesses dos membros¹⁵, e no âmbito externo, a adequação às necessidades provenientes da sociedade. O desafio era construir um modelo de incubação, sustentado no ativismo dos estudantes, orientado para o fortalecimento das organizações sociais em Coimbra. Esta metodologia veio a ser implementada num segundo projeto em que a ISFEUC se envolveu na operacionalização de uma política pública (INOV-Social), no acompanhamento de estágios numa organização da economia social.

¹⁵ A primeira fase de constituição da incubadora reunia estudantes de mestrado com experiências profissionais em diversos tipos de organizações da economia social e solidária, diferentes formações académicas de base e diferentes nacionalidades.

Do ponto de vista metodológico as incubadoras diferem, pois enquanto a Incubadora da Universidade Lusófona desenvolve as suas ações em disciplinas específicas para esta finalidade, a ISFEUC articula suas ações com disciplinas já existentes no currículo dos cursos, nomeadamente em duas disciplinas dos cursos de Sociologia e de Gestão. Gestão e Avaliação de Projetos de Intervenção Social (apoio à metodologia de aprendizagem pela prática em quatro edições) e Ética e Responsabilidade Social das Empresas (viabilização da metodologia de aprendizagem pelo serviço em duas edições).

A Incubadora da Universidade Lusófona apoiou organizações em Lisboa e região, nos dois primeiros anos de atuação e desde 2013 vem desenvolvendo um trabalho contínuo com uma organização social de Caxias (Lisboa, Portugal). A incubadora foi concebida para a realização de atividades na área da formação em economia solidária, associativismo e territorialidade, embora algumas dessas etapas estejam em fase de teste e desenvolvimento.

A incubadora de Lisboa também está organizada para a realização de diagnóstico participativo na comunidade onde se pretende atuar com o intuito de identificar as potencialidades e necessidades, sobretudo na ótica da economia solidária, produção e consumo local. Desenvolvem-se ações de prestação de serviços de consultoria permanente por parte dos estudantes e docentes que compõe as equipas técnicas. Na prática, segundo afirma o responsável pela iniciativa, as organizações sinalizam as necessidades e a incubadora busca os recursos – conhecimentos – necessários para aplicar e contribuir no território.

Nos dois casos desenvolve-se um processo de incubação que se classifica como **curta duração**, em que os estudantes vivenciam e colocam seus conhecimentos ao serviço das organizações, no âmbito de uma disciplina específica, o que corresponde ao período de seis meses. A ISFEUC aplicou metodologias de trabalho como o modelo de Planos de Negócios Sociais (PNS), adequando mecanismos de gestão concebidos para empresas e facilitando a relação entre os estudantes e professores no contexto de práticas pedagógicas de aprendizagem pelo serviço, permitindo: mobilização e fortalecimento das capacidades das organizações sociais; aprofundamento e experimentação prática por parte dos estudantes em contextos reais de aprendizagem; formação dos estudantes no domínio das organizações da economia social e da intervenção social.

Se por um lado a Incubadora da Universidade Lusófona procura articular-se com as organizações para fortalecer diretamente a comunidade, fomentando a economia solidária e a organização dos grupos sociais no nível local, por outro a ISFEUC busca fortalecer as organizações como estratégia de desenvolvimento das comunidades e contributo indireto à população local.

3.2. Gestão e participação

As incubadoras, tanto em Coimbra como em Lisboa, tendem a adotar um modelo de gestão horizontal e simétrico, assegurando a participação dos membros e o uso de formas democráticas de tomada de decisão. Elas adotam um modelo de inspiração na economia social e solidária ao incorporar no seu modelo formas cogestionárias.

Contudo, a participação da comunidade é um dos desafios que se coloca. As incubadoras pressupõe a importância de envolvimento de membros das organizações e das comunidades na gestão da incubadora, mas até o momento o seu funcionamento está restrito aos atores acadêmicos. No tocante aos membros da comunidade, estes acabam por assumir um papel menos ativo do que as bases conceituais que as inspiram exigem.

3.3. Fatores de sustentabilidade (dimensão financeira e institucional)

Ambas as incubadoras se sustentam com uma estrutura interna frágil, com poucos membros efetivos e estudantes que se vinculam à incubadora temporariamente. Isso se deve ao fato de as ações estarem ligadas às disciplinas, o que condiciona a um período temporal de participação. Mas também diz respeito às condições de inserção das incubadoras nas Universidades que, em ambos os casos, não se encontram atualmente formalizadas do ponto de vista jurídico/institucional, tampouco possuem subsídios de apoio e incentivos institucionais para a participação de um número maior de recursos humanos.

As experiências de incubação por vezes não estão ancoradas em políticas institucionais específicas, como o que encontramos nos casos

estudados. Em ambas as universidades não existe uma política institucional de extensão orientada para a economia social e solidária, e sim, a adaptação das condições existentes para benefício inicial de iniciativas de incubação. A constituição da Incubadora da Universidade Lusófona ocorreu por meio da autorização e aprovação pelos órgãos de administração. Ela faz parte da Pró-reitoria, por isso não está vinculada a nenhum curso, centro ou faculdade em específico. Todavia, verifica-se um investimento claro na criação de mecanismos de sustentação da incubadora, nomeadamente a contratação de um docente para desenvolver o processo de experimentação e implementação da Atividade Curricular em Comunidade (ACC), bem como a criação desta mesma unidade incorporada no currículo dos cursos da Faculdade.

Já a ISFEUC surge como uma iniciativa híbrida que, muito embora emerja pela ação estudantil, é mantida também pelo envolvimento de professores. Porém, não está formalizada a sua integração à estrutura da Faculdade, tampouco dispõe de recursos humanos exclusivos e remunerados, dependendo, por isso, do voluntariado dos estudantes e professores. A Faculdade tem apoiado a incubadora em nível logístico, assumindo uma das suas docentes um papel de mediação entre os membros da ISFEUC e os órgãos da Faculdade.

Encontra-se também em desenvolvimento um processo de pedido de reconhecimento no Suplemento ao Diploma para os estudantes da UC, para base do qual também se constituirá um Conselho Académico da ISFEUC que incorporará docentes da FEUC. Este Conselho visa facilitar a articulação das atividades da ISFEUC com as diferentes unidades curriculares, teses e estágios nos diferentes níveis de ensino.

Perante a escassez de meios de financiamento, agravada pela conjuntura atual de crise em todos os setores da sociedade, e a despeito das recentes orientações ao nível Europeu para uma maior articulação entre as Universidades e a sociedade¹⁶, é inegável que a inexistência de um orçamento

¹⁶ Por exemplo, os programas europeus de apoio à ciência e tecnologia têm vindo crescentemente a valorizar o desenvolvimento de projetos que impliquem parcerias entre universidades e centros de investigação, empresas e organizações do terceiro sector ou da sociedade civil e os cidadãos e articulem a vertente da investigação e a vertente da inovação tecnológica. Este é o caso do maior programa atualmente em curso, *Horizonte 2020 - EU Framework Programme for Research and Innovation* (<http://ec.europa.eu/programmes/horizon2020/en/what-horizon-2020>).

próprio para a sustentação das incubadoras sociais se liga também ao modelo de universidade adotado. De fato, não existindo no atual modelo de estruturação da universidade uma vinculação específica do seu pessoal docente aos projetos de extensão para a economia social e solidária, como acontece nas incubadoras brasileiras, a sustentação destas estruturas depende da capacidade de angariar financiamento de projetos por parte de entidades externas.

Ainda assim, verifica-se uma diferença entre as duas Incubadoras no que diz respeito à alocação de um docente a uma unidade curricular, no caso da Universidade Lusófona, potenciando a sustentação e desenvolvimento desta Incubadora. Por outro lado, no caso da ISFEUC, a estratégia de articulação mais próxima com as diferentes unidades curriculares transporta consigo o potencial de gerar uma mudança profunda, porque é transversal às práticas pedagógicas e científicas.

Em suma, a política adotada pela universidade, sobretudo suas prioridades de ação, define os objetivos com que serão criadas as incubadoras e condiciona o desenvolvimento delas.

3.4. Sistematização do conhecimento

Para além da relação e contributos sociais da incubação é fundamental entendê-la enquanto atividade pedagógica e de pesquisa. O processo de pesquisa, que pode ser também investigação-ação, pode estar presente nas incubadoras como componente do trabalho realizado, ou ainda, na qualidade de objeto de investigações externas e investigações da própria universidade (NUNES, 2009).

A associação da investigação é uma componente fundamental para o alcance de uma gestão do conhecimento produzido, sua transformação em TS e sua socialização com a sociedade. Nos dois casos a sistematização do conhecimento é uma atividade marginal, praticamente ausente ao longo do seu percurso de desenvolvimento, o que enfraquece a potencialidade da incubadora na promoção de tecnologia social no espaço académico. A única atividade identificada foi a adoção de mecanismos de avaliação participativa envolvendo todos os atores de ambas as incubadoras. A participação comunitária nos

processos de produção do conhecimento seria simultaneamente uma forma de aprendizagem e um princípio do reconhecimento dos saberes não científicos.

3.5. Condições de replicabilidade

As incubadoras sociais nascem inspiradas nos modelos tradicionais de incubação tecnológica, portanto já testadas nos diferentes contextos e disseminadas no Brasil. Em Portugal, as incubadoras buscam nessas experiências a sua inspiração, adaptando estes modelos à realidade do país. Até o momento, as únicas universidades que assumem a criação de uma incubadora são a Universidade Lusófona (Lisboa) e a Universidade de Coimbra (Coimbra)¹⁷. Embora as parcerias estabelecidas não estejam formalizadas as incubadoras mantêm uma forte ligação entre si, sobretudo como estratégia de partilha de aprendizagem e de sensibilização institucional e pública para o tema, ainda em consolidação no país.

As incubadoras no Brasil serviram de referência e são mantidos contatos periódicos com professores e investigadores, com os quais partilham materiais, recursos e informações. As incubadoras ainda possuem uma relação estreita com diversas organizações da economia social, grupos de estudos e outras universidades interessadas no tema, além de já terem realizado articulações com organismos estatais e entidades de financiamento e apoio. Fruto desta articulação em Portugal, as incubadoras realizaram em 2013 o I Encontro Internacional de Finanças Solidárias: incubação social e solidária, na cidade de Lisboa.

CONCLUSÃO

As experiências de incubação social e solidária em Portugal são simultaneamente tecnologias sociais e potenciais espaços de promoção de dinâmicas sociotécnicas resultantes da relação e interação de elementos heterogêneos. Essa interação, produzida nos territórios onde atuam é o que

¹⁷ Outras universidades incorporam a questão do **social** na agenda das suas incubadoras tecnológicas, como é o caso da *Social Spin* inserida na estrutura da *Spin Logic* da Universidade do Porto, criada para apoiar e assessorar empresas sociais (Social Spin, 2014).

permite ressignificar quer as tecnologias, quer o campo do conhecimento científico e a sua aplicação prática.

Não obstante, as incubadoras situam-se num contexto marcado por inúmeros desafios no que corresponde à sua afirmação e sustentação nas Universidades. O primeiro deles está na criação de formas de institucionalização dessas iniciativas de modo a criar as condições de sustentação a longo prazo. Segundo, na criação de formas de financiamento que permitam compor um quadro mínimo de recursos humanos e desenvolvimento de atividades. O terceiro desafio está numa maior aproximação com a investigação académica, tendo em conta o que se faz nesta área.

O quarto desafio está no desenvolvimento de formas de participação efetiva e plena da comunidade num contexto marcado por uma forte perspectiva de **transferência** e não de **coconstrução** de saberes. O processo de organização do conhecimento – quando acontece – não introduz efetivamente processos de coconstrução, que reflete a ausência de um trabalho científico mais sistematizado, por isso a necessidade de aproximação destas experiências com o universo da investigação e a participação da comunidade nos processos de produção e exteriorização dos conhecimentos. Por fim, outro desafio latente é a interação transversal da incubadora com as diversas áreas do conhecimento científico, ou seja, a potencialização para uma cultura de tecnologia social nas universidades depende de uma interação mais organizada com outras áreas nas ciências exatas, naturais e sociais.

Numa temática mais vasta, o que se pretende é encontrar uma reorientação da relação universidade-sociedade, e as incubadoras, inspiradas nos avanços ocorridos em outros continentes, são espaços concretos para tal. Essa reorientação implica a democratização das ciências e a promoção de uma ecologia de saberes (SANTOS, 2007) e reivindica uma nova forma de se fazer e pensar a relação sociedade-universidade. Uma mudança no nível institucional seria capaz de potencializar iniciativas de incubação social e solidária em Portugal, o que exige uma renovação do modelo de extensão consolidado. Por outro lado, pela interpelação que fazem às três missões (ensino, pesquisa e extensão) das Universidades, estas incubadoras possuem um potencial de mudança institucional de forma sistêmica.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA FILHO, Naomar de. Universidade Nova no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A Universidade no Século XXI: para uma Universidade Nova**. Coimbra: Almedina, 2008.
- ANDRÉ, Isabel; ABREU, Alexandre. Dimensões e espaços da inovação social. **Revista Finisterra, Lisboa**, v. XLI, n.81, p. 121-141, 2006.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. Tradução Ivone C. Benedetti. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- CARAYANNIS, Elias G.; CAMPBELL, David. F. J. **Mode 3 Knowledge Production in Quadruple Helix Innovation Systems - 21st - Century Democracy, Innovation and Entrepreneurship for Development**. New York: Springer, 2012.
- DAGNINO, Renato. **A tecnologia e seus desafios**. Comunicação realizada no processo de construção da Rede de Tecnologia Social (RTS). No prelo.
- _____. **Enfoque sobre a relação: ciência, tecnologia e sociedade- neutralidade e determinismo**. Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2002. Disponível em: <<http://www.oei.es/salactsi/rdagnino3.htm>>. Acesso em: 15 maio 2014.
- _____. **Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302004000300001&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 maio 2014.
- ETZKOWITZ, Henry. **Innovation in innovation: the triple helix of university-industry-government relations**. **Social Science Information**, Paris, n. 3 , p. 293-337, 2003.
- _____; LEYDESDORFF, Loet. **The triple helix: university - industry - government innovation in action**. New York: Francis Taylor, 2008.
- FEENBERG, Andrew. Racionalização subversiva: tecnologia, poder e democracia. In: NEDER, Ricardo (Org.). **Racionalização democrática, poder e tecnologia**. Brasília: Observatório do movimento pela tecnologia social na América Latina/CDS-UNB, 2010. p. 105-128.
- FERREIRA, Sílvia. A invenção estratégica do terceiro sector como estrutura de observação mútua: uma abordagem histórico-conceptual. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 84, p. 169-194, mar. 2009.
- _____. **As incubadoras sociais e a universidade: novas propostas para novos desafios**. Comunicação apresentada no Evento: o que pode a

universidade fazer pelo empreendedorismo social? Coimbra, 16 de Dezembro de 2010.

_____. **Scaling social impact under different modes of welfare governance**: an analytical proposal. EMES Conferences Selected Papers (ECSP-R11-21), 2011.

GIBBONS, Michael et al. **The new production of knowledge: the dynamics of science and research in contemporary societies**. London: Sage Publications, 1994.

HART, Angie et al. Developing Access between Universities and Local Community Groups: a University Helpdesk in Action. **Journal of Higher Education Outreach and Engagement**, Athens, v. 13 (3), p. 45-59, 2009.

HOWALDT, Jürgen; SCHWARZ, Michael. **Social Innovation**: concepts, research fields and international trends. Dortmund: Sozialforschungsstelle Dortmund, 2010.

ITS. Reflexões sobre a construção do conceito de tecnologia social. In: Fundação Banco do Brasil. **Tecnologia social**: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

JESSOP, Bob. Análise Semiótica Crítica e Economia Política Cultural. **Revista Liinc**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 197-213, 2010.

_____; FAIRCLOUGH, Norman; WODAK, Ruth. **Education and the knowledge**: based economy in Europe. United Kingdom: Lancaster University, 2008.

LACEY, Hugh. A ciência e o bem-estar humano: para uma nova maneira de estrutura a actividade científica. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**. Porto: Afrontamento, 2003. p. 449-469.

_____. O lugar da ciência no mundo dos valores e da experiência humana. **Revista Scientle Studia**, São Paulo, 7 (4), p. 681-701, 2009.

LATOUR, Bruno. **Science in Action**: how to follow scientists and engineers through society. Cambridge: Harvard University Press, 1987.

LAVILLE, Jean-Louis. A economia solidária: um movimento internacional. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 84, p. 7-47, mar. 2009.

MACLEOD, Greg; MCFARLANE, Bruce; DAVIS, Charles H. The Knowledge Economy and the Social Economy: University Support for Community Enterprise Development as a Strategy for Economic Regeneration in Distressed Regions in Canada and Mexico, **Triple Helix Conference - University Of Amsterdam** - January 3, 1996. Disponível em: <<http://idl->

bnc.idrc.ca/dspace/bitstream/10625/19711/2/116214.pdf>. Acesso em: 10 maio 2014.

MOULAERT, Frank; MACCALLUM, Diana; HILLIER, Jean. **Social innovation: intuition, percept, concept, theory and practice**. In: MOULAERT, Frank; Maccallum, Diana; MEHMOOD, Abid; HAMDOUCH, Abdelillah (orgs.). **The international handbook on social innovation**. Northampton: Edward Elgar Publishing, 2013. p. 13-24.

MURRAY, Robin; CAULIER-GRICE, Julie; MULGAN, Geoff. **The open book of social innovation**. Londres: Young Foundation, 2010.

NEDER, Ricardo. O que (nos) quer dizer a teoria crítica da tecnologia? In: _____ (Org.). **Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia**. Brasília: Observatório do movimento pela tecnologia social na América Latina/CDS-UNB, 2010. p. 2-17.

NOWOTNY, Helga; SCOTT, Peter; GIBBONS, Michael. **'Mode 2' Revisited: the new production of knowledge**. Netherlands: Minerva 41, 2003.

NUNES, Débora. **Incubação de empreendimentos de economia solidária: uma aplicação da pedagogia da participação**. São Paulo: Annablume, 2009.

OLIVEIRA, Marcos Barbosa de. Considerações sobre a neutralidade da ciência. **Revista Trans/form/ação**, São Paulo, n. 26, p. 161-172, 2003.

RUBIÃO, André. **História da Universidade: genealogia para um "modelo participativo"**. Coimbra: Almedina, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A Universidade no Séc. XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. **Educação, Sociedade & Culturas**, Porto, n. 23, p. 137-202, 2005.

_____. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 78, p. 3-46, out. 2007.

SENAES. **Avaliação do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas e Empreendimentos Solidários – PRONINC: relatório final**. Recife: Ministério do Trabalho e Emprego/IADH, 2011.

SOCIAL SPIN, Disponível em:

<http://spinlogic.porto.ucp.pt/directorio/socialspin/>>. Acesso em: 10 de maio de 2014.

SGUISSARDI, Valdemar et al. Universidade: reforma e/ou rendição ao mercado? mercantilização do conhecimento e deserção do estado. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, n. 88, a. 25, out. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302004000300001&script=sci_arttext . Acesso em: 12 de maio de 2014.

THOMAS, Hernán Eduardo. Tecnologias para Inclusão Social e políticas públicas na América Latina. In: OTTERLOO, Aldalice. **Tecnologias Sociais: caminhos para a sustentabilidade**. Brasília/DF: y+es Conteúdo de Transformação, 2009. p. 25-82.

_____. **Tecnologías para la inclusión social y políticas públicas en América Latina. Notas para un proyecto de investigación sobre Tecnología Social a escala regional**. Grupo de Estudios Sociales de la Tecnología y la Innovación IESCT/UNQ/CONICET, 2007. Disponible em: <http://www.redtisa.org/Hernan-Thomas-Tecnologias-para-la-inclusion-social-y-politicas-publicas-en-America-Latina.pdf>. Acesso em: 12 de maio de 2014